

FAMÍLIA E HISTORIOGRAFIA

Tânia Maria Gomes Silva *

RESUMO

A proposta deste artigo é discutir a inclusão da família como objeto de pesquisa historiográfica, levantando algumas questões concernentes ao tema e pontuando brevemente as mudanças que esta instituição vem apresentando na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Família; Historiografia; Modernidade.*

A família como objeto de pesquisa tem despertado interesse cada vez maior dos historiadores, que demonstram ter perdido antigas resistências de aventurar-se num terreno que foi, por muito tempo, erroneamente considerado exclusivo da Sociologia e da Antropologia.

Os sociólogos sempre entenderam a família como um dos principais agentes de socialização e, portanto, dedicaram-se exaustivamente em pesquisas sobre o tema, trabalhando com as noções de família extensa e de família nuclear. A primeira, refere-se a grupos de pessoas unidas por laços con-

*Professora da Universidade Estadual de Londrina e da Fafijan-PR. Mestre em História Social pelas Universidades Estaduais de Maringá e Londrina. E-mail: tania@bwnet.com.br

sangüíneos ou não, que vivem juntas ou próximas; a segunda é entendida como formada pelo pai, a mãe e os filhos do casal.

Inicialmente, a Sociologia defendeu a hipótese da família nuclear ser resultado do avanço industrial, mas pesquisas recentes têm sugerido que a estrutura individualista da primeira é que teria, em contraste, colaborado para o crescimento industrial (Jary; Jary, 1991). O que é tido como certo, porém, é que, antes do desenvolvimento do capitalismo europeu, a família nuclear não ocupava posição privilegiada.

Para Bilton (1997), a melhor explicação para a família nuclear ter se tornado norma na sociedade industrial capitalista nos é dada pelas teorias funcionalistas de Talcott Parsons, para quem o sistema nuclear adapta-se melhor às necessidades de uma sociedade industrial. Em primeiro lugar, porque a diferenciação econômica, característica de sociedades industriais, é incompatível com a manutenção de famílias extensas, mas é ideal para a nuclear, restrita a um pequeno grupo chefiado por um único líder, o que inibe potenciais conflitos. Além disso, a família nuclear é uma pequena unidade geográfica e economicamente móvel, tanto quanto uma economia industrial necessita.

Por sua vez, a Antropologia Social fez da família ou dos grupos de parentesco uma de suas principais preocupações, mostrando que em sociedades primitivas, localizadas geográfica e intelectualmente fora dos limites conhecidos, ela foi a instituição chave por meio da qual os grupos se estruturavam, determinavam a transmissão de bens e definiam alianças matrimoniais (Zonabend, 1996).

Segundo Faria (1997), os antropólogos mostram-se mais predispostos que os historiadores à questão do parentesco em função da importância que este assume nas sociedades primitivas. Nos estudos sobre sociedades mais *complexas*, os grupos de parentesco são deixados num segundo plano, privilegiando-se os aspectos demográficos.

Se sociólogos e antropólogos tiveram na família um campo sempre privilegiado de discussões, o mesmo não se deu com os historiadores. A historiografia manteve inicialmente certa resistência ao tema. De acordo com Flandrin (1979), isto ocorreu porque a História sempre esteve restrita ao estudo da vida pública, deixando a análise da vida doméstica para outras áreas de conhecimento. Os historiadores só começaram a discuti-la, afirma, porque os problemas cotidianos romperam a esfera do privado. Questões como direitos

e deveres do casal, a autoridade dos pais sobre as crianças, divórcios, contracepção e aborto tornaram-se cada vez mais assuntos de Estado.

As renovações historiográficas ocorridas principalmente com os *Annales* de Febvre e Bloch, que questionaram a supremacia da história política e impulsionaram a história social, promoveram considerável ampliação de objetos de pesquisa. O estudo das famílias valeu-se dessa inovação.¹ Ainda, o desenvolvimento da história demográfica e da história oral gerou novos documentos e proporcionou instrumental metodológico para a utilização de novas fontes. O uso das fontes iconográficas, habilmente trabalhadas por Philippe Ariès (1981), trouxe uma nova imagem das relações familiares na época medieval.

Segundo Anderson (1986), antes da metade dos anos 50, a história da família, tal como é praticada hoje, era quase desconhecida. Muitos trabalhos limitavam-se ao estudo de uma única família ou pequenos grupos de elite, baseados principalmente em análises literárias. Muito pouco era conhecido da vida familiar dos estratos inferiores da população.

Na segunda metade dos anos cinquenta, um grupo de demógrafos franceses refinou a velha técnica de usar registros paroquiais de batismos, óbitos e casamentos, desmontando visões até então solidificadas. Evidenciou-se, por exemplo, que, de 1600 até fins do século XIX, a Europa Ocidental, ao contrário do que se acreditava, tinha um padrão de casamento relativamente tardio. A idade típica de casamento em áreas rurais era de 27 ou 28 anos para os homens e 25 ou 26 anos para as mulheres. Em 1930, a idade do primeiro casamento para mulheres inglesas ainda era 25 anos e, para os homens, 27. Nos anos 70, esta média seria de 22 e 24 anos, respectivamente, para mulheres e homens (Anderson, 1986).

Os estudos demográficos indicam, também, a existência de um significativo número de pessoas que nunca se casavam. Antes de 1800, a proporção girava em torno de 10% em algumas áreas da Europa e, no final do século XIX, chegava próximo a 20%. As novas pesquisas mostraram, ainda, que o número de filhos por casal era menor do que se supunha. Antes do século dezenove, exceto na França, uma combinação de casamento tardio e interva-

¹ É necessário, todavia, destacar aqui o trabalho pioneiro de Fustel de Coulanges que, em 1864, antecipando-se aos *Annales*, dedicou-se a uma análise da família greco-romana.

los relativamente longos entre os nascimentos fazia o número de crianças por mulher variar entre 5 e 6,5 (Anderson, 1986).²

Para Michel Anderson (1986), apesar de atrativa, a história da família apresenta muitas dificuldades para o historiador. O termo família, embora largamente utilizado, possui ambigüidades, reflexo mesmo das transformações pelas quais esta instituição passou e vem passando ao longo dos tempos. Estudá-la requer análise cuidadosa e melhor seria não se falar em história da família, mas *das famílias*:

Família é um termo largamente empregado nos escritos acadêmicos e populares e não é fácil enumerar todos os seus significados. [...] A palavra família vem do latim, um derivado de famulus (servente) e portanto não descreve exatamente o que nós entendemos por família. Hoje o termo família cobre os vários grupos de parentes, todas as pessoas vivendo na mesma casa, todos os descendentes de um mesmo ancestral. Contudo, a extensão destes vários tipos de relacionamentos tem variado de lugar para lugar e de tempo para tempo (Zonabend, 1996, p. 8).

Possivelmente uma das maiores dificuldades, para qualquer estudioso da família, diz respeito exatamente a essa diversidade de modelos:

Não há uma história da família ocidental porque não há, e nunca houve, um único sistema de família. O Ocidente sempre esteve caracterizado pela diversidade das formas de família, pela diversidade das funções da família e pela diversidade nos relacionamentos familiares não apenas no tempo, mas em tempos precisos do tempo (Anderson, 1986, p. 14).

Adorno (1982), embora concorde com a existência de variações na estrutura das famílias, observa que a tendência é negar ou esquecer estas diferenças, visando hipostasiar certos modelos, apresentados como protótipos ideais. Monogamia e legitimidade são exemplos claros desse modelo imaginário.

²Nesta mesma linha de abordagem, Eni de Mesquita Samara desconstruiu a idéia de família patriarcal que, segundo Gilberto Freyre, predominara na sociedade colonial brasileira. Segundo a autora, a família patriarcal assumiu características regionais e variou com o tempo. Em São Paulo, por exemplo, as famílias extensas, tal como descritas pela historiografia tradicional, não se constituíram em norma predominante (Samara, 1989).

A conscientização das profundas transformações que esta instituição vem sofrendo, e que se faz cada vez mais evidente, despertou interesse dos pesquisadores: *Uma das questões centrais que preocupa os observadores contemporâneos é saber se estamos assistindo à desaparecimento total da família, do matrimônio e do parentesco* (Goody, 1988, p. 11). Não é apenas o número de divórcios ou de mães solteiras que cresce significativamente; aumenta também o número de grupos monoparentais (aqueles em que só o pai ou só a mãe vive com os filhos), de casais sem filhos e de famílias coniventes, isto é, duas ou mais pessoas que residem no mesmo domicílio. Embora, no âmbito geral, o modelo mais expressivo ainda seja o nuclear, é impossível desprezar outros tipos de arranjos.

Atualmente, menos que uma em quatro famílias enquadra-se no modelo do *casal casado e seus filhos*. Em 1986, apenas 7% dos lares americanos estavam em conformidade com o padrão do pai trabalhador, mãe no lar e de um a quatro filhos (Maccionis; Plummer, 1998).

Enquanto as pesquisas dos anos setenta indicavam que um décimo de todas as famílias americanas com crianças dependentes tinha apenas um dos progenitores, por razões de morte, divórcio, separação ou nascimento fora do casamento (Worsley, 1978), dados mais recentes, fornecidos por Maccionis e Plummer (1998), mostram que atualmente este índice é de quase uma em cada cinco famílias.

Entre as alterações no sistema de casamento, salienta-se o significativo aumento das uniões consensuais. Cada vez mais, famílias se formam sem a legitimação civil ou religiosa da união. Por muito tempo, livres uniões foram a opção preferencial de casais procedentes das classes populares, sem condições de arcar com os custos que um casamento legalizado acarretava. Atualmente, uniões consensuais podem ser encontradas em todas as camadas sociais (Silva, 2001).

Para completar este quadro de mudanças, ressalte-se que o avanço da biomedicina nos traz formas cada vez mais inusitadas de família. Costa-Lascoux (1991) lembra que as novas técnicas de procriação, chamadas de *procriações medicamente assistidas*, perturbam valores, crenças e representações que muitos julgavam intocáveis. Elas dissociam a sexualidade da reprodução, a concepção da filiação, a filiação biológica dos laços afetivos, a mãe biológica da portadora, dando lugar a muitas inquietações.

Também Burguière (1999) afirma que estas novas práticas médicas, cada vez mais utilizadas nas sociedades ocidentais, abalam nossos preconceitos e impõem conseqüências sobre o estatuto da família.

O homem contemporâneo, na luta pela conquista de satisfação individual, não dá mais tanta importância às convenções que sempre lhe tolheram. Desse modo, a família moderna é dominada pela dessacralização de antigos valores (Quinteiro, 1993).

Embora as mudanças ocorridas na família sejam costumeiramente vistas como negativas, elas podem, ao contrário, fazer parte de um processo de busca de melhor qualidade nas relações interpessoais. Neste aspecto, o aumento no número de divórcios pode não ser visto unicamente como uma desilusão com as relações conjugais, uma vez que o número das uniões consensuais vem crescendo continuamente nos mais diversos países. O que está sendo posto em prova, portanto, é o modelo original de casamento e de família, especialmente quando baseado na soberania masculina.

Outro dado ainda a ser considerado é que, embora nos anos 1970 tivesse havido significativo aumento na proporção de divórcios em relação aos anos precedentes, muitos casais voltavam a se casar.

Para Sennet (1978), existem alguns estereótipos na análise da família urbana que contribuem para uma visão muito pessimista dessa instituição. É o caso, por exemplo, da crença de que as condições na cidade contribuem para a instabilidade da família, ameaçando a seguridade e união nos lares. Especialmente entre as comunidades suburbanas, a idéia predominante é a do pai que bebe, crianças que não são amadas e terminam voltando-se para as drogas, divórcios vicejantes e esgotamento das relações. Em contraste, diz o autor, estaria o velho modelo rural de família, supostamente considerado local de amabilidade e segurança.

O problema com esta imagem idílica, enfatiza Sennet, é que este simplismo não é verdadeiro. Analisando esta crença – a quebra da solidariedade familiar nas cidades – o autor pesquisou um grupo de classe média em Chicago, no final do século dezenove. O que aconteceu nestas famílias foi exatamente o oposto do que o estereótipo postula. Elas tornaram-se lugares seguros num ambiente caótico, um local de defesa contra a diversidade da grande cidade.

Relacionamentos familiares ideais têm sido sempre cultuados na sociedade ocidental, reforçando estereótipos e deixando à margem aqueles que

transgridem modelos idealizados. Portanto, há muitas pressões para que as pessoas se comportem de determinadas maneiras, buscando direcionar suas vidas para normas e modelos aceitáveis (Gittins, 1992).

No Brasil, autores como Oliveira Viana e Gilberto Freyre anteciparam-se à *História Nova* nos questionamentos sobre a família e serviram de indicadores para pesquisadores que se aventuraram pela mesma direção.

Nos anos setenta, estabelecendo uma íntima relação com a demografia histórica, o enfoque dos estudos direcionou-se para a dinâmica da população, privilegiando temas como as mulheres, a nupcialidade, a fecundidade e a estrutura da família. Houve uma produção particularmente vasta nesta fase, e autores como Sérgio Nadalin, Eni de Mesquita Samara, Maria Luíza Marcílio e Maria Beatriz Nizza da Silva deram uma contribuição importante com seus trabalhos.³

A partir dos anos oitenta, a produção historiográfica tomou maior abrangência. Este foi um momento particularmente privilegiado. Data desta época, por exemplo, o surgimento de novas representações sobre a família escrava.

De fato, hoje a crítica à historiografia clássica sobre a família cativa no Brasil pôde avançar muito além de um questionamento de fontes e métodos e de uma ponderação de estratégias intelectuais. Nos últimos vinte anos, um número cada vez maior de estudos, baseados principalmente em fontes demográficas e focalizando especialmente o Sudeste do país, tem contestado diretamente a antiga visão da vida sexual e familiar do escravo como pouco mais do que uma desordem cultural, ou (nas palavras de Bastide) uma “vasta promiscuidade primitiva” (Sleenes, 1999, p. 43).

A diversificação temática e a inclusão de novos objetos proporcionaram vigor à historiografia brasileira, ainda que esta renovação não se tenha feito isenta de divergências e acertos no que tange ao tratamento específico do objeto em análise (Samara, 1989).

Confirmado o quadro de mudanças nas relações familiares, Berquó (1998) afirma que o século XX ficará marcado como o momento no qual estas alterações foram mais profundas.

³ Para um completo levantamento da história da família no Brasil, ver Samara (1988-1989).

Para Parsons (1975), mesmo que a família se encontre envolvida em um grande processo de mudança, não significa que ela esteja desaparecendo ou perdendo suas funções. Há evidências, diz o autor, que apontam para a estabilização de um novo tipo de família, mais especializada do que antes, provavelmente mais especializada do que em qualquer outra sociedade conhecida. Um maior grau de independência entre seus membros não deve levar a erroneamente supor que a família está para sempre *quebrada*. Embora a família nuclear moderna seja mais independente, tanto econômica quanto geograficamente, ainda há uma forte ligação entre seus membros. Desse modo, ainda é comum, evidentemente menos que há cinquenta anos, que os filhos trabalhem nos mesmos negócios dos pais ou que dividam o mesmo espaço físico. A família, conclui, ainda é uma unidade solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Sociologia da família. In: CANEVACCI, M. (Org.). **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ANDERSON, M. **Approaches to the History of the Western Family 1500-1914**. London: MacMillan Publishers Ltd., 1986.
- ARIÈS, Ph. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1998, p. 411-437.
- BILTON, T. et al. **Introductory Sociology**. London: MacMillan Press Ltd., 1997.
- BURGUIÈRE, A. E amanhã, a família? In: BURGUIÈRE, A. et al. **História da família: o Ocidente – a industrialização e urbanização**. Lisboa: Terramar, 1999.
- COSTA-LASCOUX, J. Procriação e bioética. In: DUBY, G. (Org.). **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. Porto: Afrontamento, v. 5, 1991.
- FARIA, S. de C. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-274.

- FLANDRIN, J.-L. **Families in Former Times: Kinship, Household and Sexuality**. London: Cambridge University Press, 1979.
- FUSTEL DE COULANGES, N. D. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma**. São Paulo: Hemus, 1975.
- GITTINS, D. What is the family? Is it universal? In: McDOWEL, L.; PRINGLE, R. (Orgs.). **Defining Women: social institutions and gender divisions**. Great Britain: Polity Press, 1992, p. 67-74.
- GOODY, J. Prólogo. In: BURGUIÉRE, A. (Org.). **História de la familia: el impacto de la modernidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- JARY, D.; JARY, J. **Dictionary of Sociology**. Great Britain: Haper Collins Publisher, 1991.
- MACCIONIS, J.; PLUMMER, K. **Sociology: a global introduction**. USA: Hall Europe, 1998.
- PARSONS, T. The Family in Urban-Industrial América. In: ANDERSON, M. (Org.). **Sociology of the Family**. Australia: Penguin Education, 1975, p. 43-62.
- QUINTEIRO, M. da C. **União conjugal: a grande busca**. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.
- SAMARA, E. de M. História da família no Brasil. **Revista Brasileira de História**. v. 9, n. 17: p. 7-15, 1988-1989.
- _____. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SENNET, R. Intense Family. In: **Problems of Modern Society**. Australia: Penguin Books, 1978, p. 247-252.
- SILVA, T. M. G. da. **Não existe pecado ao Sul do Equador: uniões consensuais nas camadas populares de Mandaguari (1980-2000)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidades Estaduais de Maringá e Londrina. Maringá; Londrina.
- SLEENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Sudeste, Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WORSLEY, P. The Problems of One-Parents Families. In: **Problems of Modern Society**. Australia: Penguin Books, 1978, p. 225-227.
- ZONABEND, F. An Antropological Perspective on Kinship and the Family. In: BURGUIÉRE, A. (Org.). **A History of the Family: distant worlds, ancient worlds**, v. 1. Oxford: Polity Press, 1996.

FAMILY AND HISTORIOGRAPHY**ABSTRACT**

This article proposes to discuss the inclusion of the Family as a subject of research in Historiography, raising some questions concerning this theme and touching briefly upon the changes that the institution of the family represents in actuality.